

Código de Conduta Ética

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSULTORIAS
DE FOMENTO À INOVAÇÃO | AC INOVA
2025**

APRESENTAÇÃO

O fomento à inovação é um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social de nosso país. Empresas e instituições que precisam de recursos para financiar seus projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) buscam uma aproximação da cadeia de valor apta a alavancar essas iniciativas. O elo entre esses atores são as consultorias especializadas, que contribuem com a interlocução com órgãos governamentais e uma qualificada aplicação dos incentivos fiscais e mecanismos diretos de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Para que esse elo se mantenha sólido, é fundamental que os profissionais atuantes no mercado adotem uma conduta ética. Pensando nisso, a **AC INOVA**, associação civil sem fins lucrativos que congrega as principais consultorias especializadas nos instrumentos de fomento à inovação, elaborou este Código. Ele é direcionado a profissionais da **AC INOVA**, membros de órgãos estatutários, associados, consultores, patrocinadores, conveniados e parceiros nacionais ou estrangeiros da Associação, além de terceiros não integrantes dos grupos mencionados, mas que mantenham outras formas de relacionamento com a Associação. Todos esses públicos devem seguir e cumprir as regras deste Código e de suas futuras versões.

A importância deste material está no fato de que ele estabelece regras claras e princípios fundamentais para uma atuação ética e responsável das consultorias especializadas e suas equipes. Trata-se de estabelecer, entre os profissionais desse segmento, um compromisso com a transparência, a integridade, a diligência e a conformidade em sua atuação, garantindo o respeito à legislação aplicável e a lisura nas operações.

Acreditamos que a conscientização e o estabelecimento de boas práticas são os primeiros passos nesse caminho de organização do setor: a entidade e seus associados compartilham a visão de que se deve buscar aperfeiçoar práticas de gestão, considerando a liberdade associativa e de iniciativa privada. Com este documento, a **AC INOVA** se torna referência na área de fomento à inovação, estabelecendo normas para administração de conflitos de interesses e responsabilidade corporativa em suas próprias atividades.

CAPÍTULO I – PROPÓSITO E OBJETIVOS

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSULTORIAS DE FOMENTO À INOVAÇÃO | AC INOVA manifesta publicamente seu compromisso com a transparência, a integridade, a diligência e a conformidade na sua atuação, garantindo o respeito à legislação aplicável, bem como o comprometimento com seus associados.

Art. 2º A AC INOVA tem como objetivos:

- i. Defender, fomentar e proteger a inovação nas empresas;
- ii. Garantir estabilidade, transparência e segurança jurídica na interpretação e processamento da legislação aplicável aos instrumentos de fomento à inovação;
- iii. Defender os interesses das consultorias especializadas e de seus clientes no que tange os instrumentos de fomento à inovação;
- iv. Defender os interesses do setor da inovação;
- v. Articular com Poder Público melhorias para o setor de inovação;
- vi. Unificar e consolidar informações sobre instrumentos de fomento à inovação;
- vii. Promover cursos de formação e conferir certificações a consultores, contribuindo para sua formação;
- viii. Consolidar normas e boas práticas para atuação de consultorias de fomento à inovação;
- ix. Influenciar e contribuir para a criação de políticas públicas relativas à inovação e aos instrumentos de fomento à inovação;
- x. Criar grupos de trabalho, conteúdos, cursos, eventos, seminários e palestras;
- xi. Garantir a profissionalização dos consultores no Brasil;
- xii. Contribuir para construção de boas práticas de governança e integridade para consultorias;
- xiii. Defender a preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;
- xiv. Proteger a ordem econômica e a livre concorrência;
- xv. Apoiar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

CAPÍTULO II – CONDUTA ÉTICA

Art. 3º Este Código abrange o comportamento de profissionais da **AC INOVA**, membros de órgãos estatutários, associados, consultores, patrocinadores, conveniados e parceiros nacionais ou estrangeiros que mantenham vínculo com a Associação, além de terceiros não integrantes dos grupos mencionados que mantenham outras formas de relacionamento com a Associação. Suas disposições se estendem a quem estiver instituído de poderes legais de representação e atuem ou possam atuar representando a entidade, aplicando-se às suas comunicações no âmbito interno e externo à organização.

Art. 4º São princípios deste Código:

- i. Valorização da **AC INOVA** em todas as suas ações e iniciativas;
- ii. Coerência nas manifestações de representantes da **AC INOVA** e dos seus porta-vozes;
- iii. Caráter voluntário das contribuições profissionais dos associados (serviços não remunerados);
- iv. Precedência dos objetivos coletivos da Associação sobre interesses particulares ou profissionais dos seus integrantes e colaboradores, em todas as atividades realizadas no âmbito da Associação;
- v. Tratamento pessoal respeitoso em todas as atividades ligadas direta ou indiretamente com a **AC INOVA**.

Art. 5º São objetivos deste Código de Conduta Ética:

- i. Consolidar o sistema de gestão da Associação, a fim de mitigar riscos em seu âmbito de atuação;
- ii. Estabelecer diretrizes valorativas de integridade e políticas que orientam o comportamento ético na Associação;
- iii. Preservar a imagem e a reputação da **AC INOVA**, evitando ou mitigando problemas de gestão ou conflito de interesses na tomada de decisões, permitindo estabilidade e segurança na realização de seus propósitos;
- iv. Atender à normativa brasileira vigente na condução das atividades e tomadas de decisão estratégica da **AC INOVA**.

Art. 6º - O comportamento ético na **AC INOVA** deve obedecer aos seguintes critérios:

- i. Preservar o ambiente de relacionamento cordial na **AC INOVA**, atendendo às atribuições designadas nas estruturas de governança da entidade, ao exercício legítimo da liderança e clara delegação de deveres no ambiente interno;
- ii. Atender às políticas de conduta internas nas atividades da **AC INOVA**, incluindo eventos, cursos, comitês e reuniões de órgãos estatutários;
- iii. Comportar-se com diligência, probidade e transparência nas comunicações com parceiros e com autoridades públicas;
- iv. Observar boas práticas na atuação de consultorias na interação com clientes, parceiros e Poder Público;
- v. Não incorrer em ilícitos ou infrações econômicas reprovadas no ordenamento jurídico brasileiro ou internacional.

SEÇÃO I – CONDUTA DOS ASSOCIADOS

Art. 7º Os associados da **AC INOVA** devem manter um comportamento adequado e profissional dentro da Associação e em eventos organizados por ela, respeitando as normas e valores dispostos neste Código e nas Políticas de Conduta.

Art. 8º Em nenhuma hipótese os associados estarão permitidos a combinar ou manipular preços, dividir mercados ou limitar a concorrência com práticas injustas ou desleais, devendo obediência e rigor com relação à legislação vigente.

Art. 9º Os contratos firmados pelos associados devem refletir valores justos e transparentes, evitando qualquer forma de exploração ou vantagem indevida.

Parágrafo primeiro. A prática de venda casada é proibida entre os associados, garantindo a integridade das transações comerciais.

Parágrafo segundo. Qualquer prática anticoncorrencial será considerada uma violação deste Código.

Art. 10º Os associados devem manter um relacionamento ético e transparente com empresas, autarquias e órgãos públicos, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo único. Ações que puderem ser definidas como corrupção, nos termos da legislação vigente, não serão toleradas entre os associados.

SEÇÃO II – CONFLITO DE INTERESSES

Art. 11º Configura-se conflito de interesses as hipóteses em que interesses privados (pessoais, familiares, corporativos, partidários ou ideológicos) de funcionários, membros de órgãos estatutários, associados, colaboradores e de terceiros forem incompatíveis com o Estatuto, o Regimento Interno e este Código da **AC INOVA**.

Parágrafo único. Caberá à Diretoria avaliar e orientar a solução a ser tomada em cada caso específico.

Art. 12º Ficam prescritas como condutas que podem configurar violação à normativa da **AC INOVA** aquelas descritas em sua Política de Conflito de Interesses.

Parágrafo único. Toda investigação originada destas condutas será submetida aos trâmites estabelecidos em instrumento próprio pela Diretoria, atendendo às exigências de razoabilidade e proporcionalidade, franqueando a possibilidade de exercício de defesa por parte do investigado.

Art. 13º Todos os casos omissos ou que suscitem dúvida deverão ser previamente apresentados à Diretoria, que vai orientar e instruir sobre a forma mais adequada de atuação.

SEÇÃO III – CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE

Art. 14º Associados, especialmente no âmbito da atuação em órgãos estatutários e outras reuniões promovidas pela Associação devem respeitar o sigilo de informações sensíveis.

Parágrafo primeiro. A AC INOVA deve implementar medidas de segurança para proteger informações sensíveis dos colaboradores e associados, incluindo dados pessoais e informações confidenciais, obedecendo com rigor as disposições da legislação aplicável sobre a proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018.

Parágrafo segundo. As comunicações internas devem ser realizadas de forma a garantir a privacidade dos envolvidos, utilizando canais seguros e protegidos contra acessos não autorizados.

Parágrafo terceiro. As comunicações externas devem ser conduzidas com zelo, assegurando que informações sensíveis não sejam divulgadas indevidamente a terceiros.

Parágrafo quarto. Todos os colaboradores, associados, fornecedores e parceiros deverão compreender e cumprir suas responsabilidades em relação à proteção de informações sensíveis relacionadas à Associação.

Parágrafo quinto. Cada colaborador, associado, fornecedor e parceiro é responsável por proteger as informações sensíveis a que tem acesso, seguindo as políticas e procedimentos estabelecidos pela entidade.

Parágrafo sexto. Qualquer violação das políticas de segurança e uso de recursos deve ser reportada imediatamente à Diretoria.

Art. 15º As informações obtidas pela organização ou em nome dela pertencem à AC INOVA e não devem ser transferidas a terceiros nem subtraídas sob nenhuma hipótese.

Parágrafo único. Assegura-se a associados o direito de não integrar listas comercializadas ou cedidas para outras organizações.

Art. 16º Nenhum tipo de informação confidencial será transmitida a partes relacionadas não autorizadas, a não ser mediante concordância das partes envolvidas.

Art. 17º É dever de todos os associados assegurar a confidencialidade das informações obtidas no exercício de suas atividades profissionais, especialmente aquelas relativas a clientes, parceiros e terceiros, resguardando sua privacidade e integridade.

Art. 18º. É dever de todos os associados manter o sigilo sobre quaisquer informações relativas a outras consultorias associadas às quais tenham acesso em razão de sua participação nas atividades da Associação.

SEÇÃO IV – COMUNICAÇÃO COM AUTORIDADES PÚBLICAS

Art. 19º Comunicações com autoridades públicas devem constar, sempre que possível, de agenda de conhecimento prévio da Diretoria.

Parágrafo primeiro. Interações com autoridades públicas devem ser registradas por escrito, com elaboração de relatório de atividade facilmente acessível pela Diretoria. Colaboradores e lideranças deverão manter registros de reuniões contendo data, local e horário, arquivando suas respectivas atas.

Parágrafo segundo. A AC INOVA zelar, em suas peças de comunicação, tais como notícias e *press releases*, pela diferenciação entre agentes públicos e representantes da entidade, incluindo seus funcionários, associados e lideranças.

Parágrafo terceiro. É terminantemente vedado aos colaboradores, lideranças e associados da AC INOVA oferecer ou aceitar vantagem indevida de autoridades públicas.

SEÇÃO V – USO DE RECURSOS DA ASSOCIAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Art. 20º Compete à Diretoria aprovar o uso de recursos financeiros da AC INOVA, incluindo fundos e rendimentos obtidos sobre investimentos.

Parágrafo único. Os fundos e recursos orçamentários devem ser utilizados de maneira ética e responsável, seguindo as melhores práticas e diretrizes do planejamento interno da Associação, para o cumprimento do objeto social.

Art. 21º A utilização dos recursos da Associação, incluindo atividades de suas equipes, tratamento de dados e uso de suas instalações, deve ser pautada pela ética, integridade, transparência, responsabilidade e respeito aos objetivos da entidade.

Parágrafo primeiro. As instalações e materiais da Associação devem ser utilizados exclusivamente para fins institucionais, evitando desperdícios e garantindo a conservação dos bens.

Parágrafo segundo. A utilização dos recursos da Associação deve ser monitorada e auditada regularmente para assegurar conformidade com as políticas internas e identificar possíveis desvios.

Parágrafo terceiro. Para a execução de projetos com recursos oriundos de parcerias, convênios ou qualquer outra forma de contratação com o Poder Público, a AC INOVA manterá conta bancária específica a cada projeto, que não deverá se confundir com a conta própria da Associação.

Art. 22º A Associação mantém comunicação aberta e transparente com seus associados e público externo.

Parágrafo único. Peças de comunicação utilizadas para divulgação de atividades da Associação e difusão de conhecimento devem zelar pela máxima exatidão das informações, observando os valores da entidade.

Art. 23º A AC INOVA fará, periodicamente, divulgação pública dos resultados obtidos por meio de suas ações.

SEÇÃO VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL E COMUNITÁRIA

Art. 24º A Associação tem compromisso com práticas que beneficiem as comunidades por ela afetadas, promovendo ações de responsabilidade social e melhorias para o setor de inovação.

Art. 25º A AC INOVA atua com pioneirismo no estabelecimento de melhores práticas para as consultorias especializadas em inovação no Brasil.

Art. 26º Veda-se qualquer prática discriminatória em suas dependências ou em qualquer comunicação, relacionamento ou prática negocial em que a Associação esteja envolvida.

Parágrafo único. Deve-se promover práticas inclusivas em suas atividades e treinamentos periódicos.

Art. 27º A AC INOVA observa boas práticas nas áreas de sustentabilidade e bioética, incentivando o mapeamento de riscos pertinentes e respeito à vida em seus projetos, inclusive nas relações com fornecedores estratégicos.

SEÇÃO VII – COMPLIANCE E INTEGRIDADE

Art. 28º A Associação mantém compromisso de conformidade com as obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

Art. 29º A AC INOVA seguirá Protocolo de Processamento Interno para tramitar as investigações conduzidas pela Diretoria ou por Comissão por ela estabelecida, informando desde a abertura dos procedimentos até os mecanismos sancionatórios eventualmente aplicados.

Parágrafo primeiro. Após concedido prazo regimental para esclarecimentos de associado, terceiro ou colaborador que tenha sido objeto de denúncia, reclamação ou comunicação, haverá tramitação regular, com comunicação e recomendação à Assembleia Geral para deliberação, acompanhada de relatório de não-conformidade.

Parágrafo segundo. Nenhuma punição poderá ser imposta a associado, terceiro ou colaborador antes de concluída a regular tramitação interna, nos termos dispostos no Protocolo de Processamento Interno, respeitando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo terceiro. As sanções aplicáveis serão proporcionais e poderão incluir, dentre outras: advertência, recomendação de suspensão, rescisão contratual, demissão, desligamento.

Parágrafo quarto. Ficam vedadas quaisquer ameaças, exposições, intimidações ou retaliações a qualquer pessoa que realizar denúncias ou comunicações.

Art. 30º A AC INOVA possui canal de Ouvidoria, por e-mail (e-mail), destinado à manifestação de dúvidas sobre este Código ou qualquer outra comunicação que seja do interesse da Associação, preservado também o sigilo.

SEÇÃO IX – COMPLIANCE E INTEGRIDADE

Art. 31º A Associação se compromete a realizar treinamentos periódicos, com a finalidade de internalizar e difundir as diretrizes implementadas por este Código.

Art. 32º Este Código é aprovado pela Diretoria, reforçando o compromisso da alta liderança para a devida articulação de suas normas de integridade.

Art. 33º. Este Código entra em vigor na data de aprovação pela Diretoria.

São Paulo – SP, 16 de julho de 2025.